Ouro Sentença trava projeto da canadense Belo Sun, que pretende extrair o metal em área próxima a Belo Monte

Justiça anula licença de mineração no Xingu

André Borges

De Brasília

A Justiça Federal anulou a licença prévia ambiental do projeto Volta Grande de Mineração, tocado pela empresa canadense Belo Sun. A companhia pretende instalar no rio Xingu, bem próximo ao local onde está sendo construída uma das barragens da hidrelétrica de Belo Monte, o maior projeto de extração de ouro do país.

A decisão, conforme informou na manhã de ontem o Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do **Valor**, foi tomada pelo juiz federal Claudio Henrique Fonseca de Pina, da subseção judiciária de Altamira (PA).

Pina sentenciou que se suspenda o processo de licenciamento conduzido pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará. Ele também determinou que a licença prévia, emitida em dezembro do ano passado, seja anulada.

A condição para retomada do processo imposta pelo juiz é que haja elaboração prévia, pela Belo Sun, do estudo de impacto ambiental que contemple o impacto a comunidades indígenas, seguindo parâmetros contidos em um termo de referência que foi elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

A Belo Sun, em ocasiões anteriores, já alegou que o empreendimento não afetaria terras indígenas. Procurada ontem pelo Valor, a diretoria da Belo Sun informou que "a empresa prefere não se manifestar". A companhia poderá recorrer da decisão.

A Belo Sun pretende investir até US\$ 1,1 bilhão na extração e beneficiamento de ouro em Senador José Porfírio, município vizinho a Altamira. A previsão é produzir 4.684 quilos de ouro por ano e colocar para funcionar o "maior projeto de exploração de ouro do Brasil". O empreendi-

mento, no entanto, tem enfrentado uma forte resistência do Ministério Público Federal (MPF) em Altamira, além de críticas do Instituto Socioambiental (ISA). A organização tem encabeçado uma campanha contra o licenciamento ambiental e já apresentou uma carta contra o projeto assinada por dezenas de organizações. Na internet, mais 100 mil assinaturas contrárias ao empreendimento foram coletadas em uma petição pública. Em sua sentença, Pina afirma que a falta de estudos de impacto aos índios da região "acarreta grave violação à legislação ambiental e aos

direitos dos indígenas".

A polêmica em torno do projeto se arrasta há mais de um ano. No início de 2013, o MPF recomendou à Sema do Pará que não concedesse a licença para o empreendimento da Belo Sun. À época, a secretaria respondeu que não poderia "penalizar o empreendedor" e que a licença estava amparada na "concepção da função social da atividade minerária". O caso, então, foi levado pelo MPF à Justiça, que chegou a suspender o processo liminarmente, decisão que logo depois seria revertida pela Belo Sun.

Além do MPF, o projeto tam-

bém encontra dificuldades no Ministério Público Estadual (MPE) do Pará, que alega haver irregularidades no processo de licenciamento da mina.

A companhia canadense pertence ao grupo Forbes & Manhattan, banco de capital fechado que desenvolve projetos de mineração. Para tirar ouro do Xingu, a empresa tem planos de manipular mais de 37 milhões de toneladas de minério tratado nos onze primeiros anos de exploração da mina. A previsão é de que a exploração avance por até 20 anos. A região onde está prevista a mineração já é alvo da ação ilegal garimpeiros.



Fábrica da montadora em Porto Real, no Rio, cortou produção em 28% após encerrar um dos três turnos de trabalho

PSA Peugeot Citroën tem prejuízo bilionário no Brasil

Veículos

Eduardo Laguna De São Paulo

Balanço divulgado pela subsidiária brasileira do grupo francês PSA Peugeot Citroën mostra que a montadora segue registrando prejuízo no país. Os resultados de 2013 foram publicados apenas ontem no Diário Oficial do Rio de Janeiro e revelam um prejuízo de R\$ 2,64 bilhões, quase sete vezes a mais do que as perdas de R\$ 381,7

milhões do exercício anterior. Dessa vez, o balanço foi prejudicado, principalmente, pela baixa contábil, sem efeito caixa, de R\$ 1,87 bilhão em decorrência da reavaliação do valor recuperável de ativos, o chamado "impairment", que levou para R\$ 2,09 bilhões o prejuízo operacional, cifra calculada antes das despesas com dívida.

Mesmo com a queda nos volu-

mes de carros vendidos no mercado brasileiro pelas duas marcas, a receita líquida da PSA mostrou crescimento de 16,7% no ano passado, chegando a R\$ 6,54 bilhões. Mas quase todo esse montante foi corroído por custos de produção da ordem de R\$ 5,25 bilhões, 16,1% a mais do que em 2012, e despesas comerciais de R\$ 850,2 milhões, alta de 15,1% em um ano.

Durante o ano passado, as vendas da marca Peugeot no Brasil caíram 20,2%, totalizando 57,5 mil unidades, ou 1,6% do mercado. Por sua vez, a Citroën registrou queda de 11,4% nos emplacamentos, com 66,1 mil carros licenciados no país, o que corresponde a uma fatia de 1,9% do total de automóveis e utilitários leves consumidos por brasileiros durante 2013.

Como a empresa não publica junto com o balanço as notas explicativas dos resultados, não é possível saber como compensou a queda dos volumes vendidos para fechar o exercício com uma receita maior. Recentemente, a montadora realizou programa de demissões voluntárias para eliminar um excesso de mão de obra de 650 operários após o fim de um dos três turnos de produção na fábrica de Porto Real, no sul do Rio de Janeiro.

Em outubro de 2011, a PSA anunciou o plano de investir R\$ 3,7 bilhões para dobrar a capacidade instalada no país para 300 mil carros por ano. Contudo, além da menor demanda doméstica, a operação foi fortemente atingida pela queda nas exportações para a Argentina, levando a empresa a cortar a produção em 28% no início deste ano.

A Peugeot Citroën fechou 2013 com dívida líquida, descontando as disponibilidades de caixa, de R\$ 4,19 bilhões, 28% acima do passivo de um ano antes, segundo números de seu balanço patrimonial.

Programa de crédito na Argentina vive ambiente adverso

De Buenos Aires

O programa anunciado esta semana pelo governo argentino para impulsionar a venda de veículos tem poucas chances de sucesso. A fórmula que reduz preços e oferece financiamento barato só vale para veículos nacionais. Isso significa que a maioria dos modelos mais baratos está fora do programa, já que a produção da linha popular das maiores montadoras, como Volkswagen, Ford e Fiat, está no Brasil. A política restritiva às importações, vigente no país, trava também a entrada dos componentes brasileiros que abastecem as fábricas dos modelos beneficiados pelo programa.

O chamado Pro.Cre.Auto surgiu depois de uma série de conversas que a equipe econômica do governo de Cristina Kirchner manteve com as montadoras nos últimos meses para tentar baixar os preços que subiram, depois da desvalorização do peso, em janeiro. Cada faverno abriu uma linha de financiamento subsidiada, com juros de 17% a 19% ao ano. A taxa é baixa num país em que a expectativa de inflação anual supera os 30%. Com duração de três meses, o programa envolve 26 modelos.

Por ser um programa válido apenas para carros fabricados na Argentina, ficou ausente da lista de 26 modelos beneficiados pelo Pro.Cre.Auto o Gol, da Volkswagen, campeão de vendas também na Argentina. No caso da Ford, a empresa ofereceu para o programa o sedã Focus e a picape Ranger. Mas não pôde incluir o Fiesta, produzido na Bahia.

A Toyota acabou de lançar no mercado argentino o seu modelo mais simples, o Etios, ausente da lista por ser produzido em Sorocaba (SP). Teve de se conformar em oferecer, para o programa de crédito barato, a sua picape Hilux, que sai da fábrica de Zárate, na província de Buenos Aires.

No caso da Volks, até a picape para as classes que têm mais dificuldade para adquirir um carro. Com o desconto de 5%, a Amarok passou a custar 224,5 mil pesos, o equivalente a US\$ 27,6 mil.

Mesmo que o consumidor com melhor poder de compra venha a se interessar pelo programa, um dos grandes desafios do governo será, no entanto, convencê-lo a trocar o carro num momento delicado na economia. Dados oficiais referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) divulgados esta semana indicam que o país já está em recessão.

O medo do desemprego atinge toda a população, com força ainda maior na indústria, cuja desaceleração na atividade foi a maior responsável pela contração de 0,8% do PIB no primeiro trimestre na comparação com os três últimos meses de 2013. Foram, aliás, as montadoras as primeiras a recorrer a programas de licenças dos empregados para diminuir o ritmo de produção.

zir os preços de um ou dois mode- Amarok entrou no programa nanciamento subsidiado, de 60 para lançar o programa que busca automobilística no país. clima de insegurança que se instalou no país não só pelo início de recessão como pelas incertezas em torno de questões importantes, como a expectativa do desfecho nas tentativas de negociação com os credores externos, que, se fracassado pode levar o país a um novo "default".

A esse ambiente macroeconômico já desfavorável somam-se as características da estrutura da manufatura da indústria automobilística, que dividiu as linhas de montagem entre Brasil e Argentina por plataforma. Ou seja, os modelos de carros que essas multinacionais produzem no Brasil não são os mesmos que saem das fábricas do outro lado da fronteira. E, nessa estratégia, as montadoras decidiram por concentrar a produção dos populares no Brasil, onde o mercado é maior e onde sempre contou com incentivos fiscais para esse tipo de automóvel.

O argentino governo esperava a

O prazo longo, oferecido no fi- celebração do acordo automotivo ção que representa a indústria o entendimento não ajuda muito. Mesmo com o acordo automotivo, o país mantém controlada a liberação de dólares para importadores. Além disso, para evitar a perda de reservas, está mantida a restrição à entrada de produtos importados, o que dificulta o abastecimento das linhas de montagem com peças do Brasil.

A situação da indústria automobilística na Argentina é crítica. O volume de vendas para concessionários caiu 32,3% em maio. No mesmo mês, a produção recuou 36%. O desempenho das exportações foi ainda pior, com retração de 39,2%. A queda da demanda no mercado brasileiro puxou o mau desempenho, já que o Brasil é o destino de 88,8% das exportações de veículos produzidos na Argentina. No acumulado do ano, a queda de produção nas fábricas instaladas no país vizinho chega a 22,2%, segundo dados da Adefa, a associa-

los entre 3% e 13%. Em troca, o go- que pretendia facilitar o crédito meses, seria atrativo não fosse o estimular a venda de veículos. Mas Ao anunciar o Pro.Cre.Auto, em rede nacional, ao lado de Cristina Kirchner, a ministra da Indústria, Debora Giorgi, ressaltou que no acordo automotivo firmado há duas semanas foi assegurada participação de 11% dos carros argentinos no mercado brasileiro, o que ajudaria a reativar as exportações. Essa fatia pode até estar garantida no protocolo. Mas a situação no mercado brasileiro é suficiente para colocar em dúvida a expectativa da ministra de elevar os volumes embarcados. Assim, além da crise interna, a Argentina sofre com a retração do mercado vizinho.

Em relação aos estímulos no mercado doméstico, tradicionalmente programas de venda de automóveis com crédito subsidiado costumam dar resultado. Mas o que foi anunciado chega atrasado num país no qual a crise econômica, que se agrava a cada dia que passa, tem reflexos que vão muito além da incapacidade do consumidor em trocar o automóvel.

Eldorado inicia terraplenagem da expansão

Celulose

Stella Fontes De São Paulo

A Eldorado Brasil Celulose, controlada pela J&F, informou ontem que planeja iniciar a terraplenagem para expansão da fábrica de Três Lagoas (MS) em julho. A nova linha, com investimento estimado em R\$ 8 bilhões, terá capacidade de produção de 2 milhões de toneladas por ano, indo até 2,3 milhões de toneladas com pequenos ajustes. Conforme a Eldorado, o financiamento do projeto está em nego-

ciação e "não há novidades". No início do ano, houve informações de que a família Batista, dona da J&F, estava negociando com seus sócios, os fundos de

pensão Petros e Funcef aporte de capital, para financiar os planos de expansão. A Previ também foi procurada, porém não demonstrou, à época, interesse em participar da operação.

Em comunicado ao mercado, a Eldorado informou que recebeu do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul) a licença de instalação que permite elevar a capacidade da fábrica para 4 milhões de toneladas por ano. Hoje, ela pode produzir 1,5 milhão de toneladas anuais e deve chegar em bre-

ve a 1,7 milhão de toneladas. Em nota, o presidente da Eldorado, José Carlos Grubisich, disse que a licença "é duplamente importante". "Pois nos permite ampliar a atual capacidade de produção com ganhos de sinergia e competitividade, além de permitir a construção de nova linha de produção de até 2,3 milhões de toneladas por ano. Combinação de alta escala de produção, tecnologia estado da arte e sustentabilidade são as bases dessa expansão", afirmou.

A empresa informou que o plantio de florestas para abastecer a nova linha, que deve entrar em operação em 2017, já foi iniciado e, até dezembro, a expectativa é a de alcançar mais 50 mil hectares plantados, totalizando mais de 210 mil hectares de florestas.

A primeira fábrica de celulose começou a operar em novembro de 2012. A companhia teve prejuízo líquido de R\$ 115 milhões no primeiro trimestre, ante perda de R\$ 47 milhões um ano antes.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: Barile Indústria e Comércio de Artefatos de Metais Ltda. - Requerente: Muriaço Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 4a Vara de Bragança Paulista/SP

Requerido: Ellos Recursos Humanos Ltda. Requerente: José Calisto Sobrinho - Va ra/Comarca: 5a Vara Empresarial do Rio de

Requerido: Fratex Brás Projetos e Serviços On Offshore Ltda. - Requerente: Aselco Indústria, Comércio, Importação e Ex-portação de Instrumentação Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de

Janeiro/RJ Requerido: Guaxinim Comércio Online de Eletrônicos Ltda. (Auto Falência) - Endereco: Rua Coriolano, 1035, Casa Lado Esquerdo, Bairro de Vila Romana - Requerente: Guaxinim Comércio Online de Eletrônicos Ltda. Vara/Comarca: la Vara de Falências de São

Requerido: Hotelaria Turística Integral Ltda. - Reguerente: Sônia Aparecida de Abreu Vara/Comarca: 3a Vara de Guarujá/SP

Requerido: Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda. - Requerente: Guerra Terraplanagem S J Dos Campos Ltda. - Vara/Comarca: 7a Vara de Sorocaba/SP Requerido: Jund Serv Serviços de Portaria,

Limpeza e Conservação Ltda. - Requerente

Haroldo Aparecido Salicano - Vara/Comarca:

2a Vara de Jundiaí/SP Requerido: Karmann Ghia Automóveis, Conjuntos e Sistemas Ltda. - Requerente: Muriaço Ferro e Aço Ltda. - Vara/Comarca: 8a Vara de São Bernardo do Campo/SP

Requerido: M. J. Cerâmica Estrutural Ltda. ME - Requerente: Morganite Brasil Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Panorama/SP Requerido: Plastimax Indústria e Comér-

cio Ltda. - Requerente: Premix Brasil Resinas Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Ba Requerido: Telco do Brasil Call Center - Requerente: Flaviense do Brasil Comércio de Ma-

deiras e Materiais de Construção e Soluções Ltda. - Vara/Comarca: 6a Vara Empresarial do Rio de Janeiro/R.I.

Falências Decretadas

Empresa: Ana Magazine Ltda., - Adminisca: 4a Vara de Diadema/SP

Empresa: Embare Macuco Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - Endereço: Rua Joaquim Floriano, 101, Conj. 1010, 10º Andar, Bairro de Itaim Bibi - Administrador Judicial: Dr. Alfredo Luiz Kugelmas - Vara/Comarca: la Vara de Falências de São

Empresa: Eplast Embalagens Plásticas

Garey - Vara/Comarca: 2a Vara de Taboão da Serra/SE

Processos de Falência Extintos

Requerido: Transportadora Cortês Ltda. Requerente: Dimaq Santos Comércio de Má guinas Fireli - Vara/Comarca: 3a Vara de Guarujá/SP - Observação: Homologado acordo

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: Zippilima Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (Grupo Zippilima) Endereço: Av. Espírito Santo, S/n Administrador Judicial: Dr. José Euclides Ferreira Júnior - Vara/Comarca: Vara Única

Empresa: **Zippilima Indústria e Comércio** de Pescados Ltda. (Grupo Zippilima) -168. Lote № 599/162 C. Quadra 10. Centro Administrador Judicial: Dr. José Euclides Ferreira Júnior - Vara/Comarca: Vara Única de Piuma/FS

Cumprimento de Recuperação

Judicial Empresa: Lws Comércio e Serviços em Informática Ltda. - Endereço: Rua Bacaetava 35 - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências de

mento integral do plano homologado